

Uberaba(MG), 14 de dezembro de 2020.

Of. n. 84 - CGM/2020

Da: Controladoria Geral do Município

Ao: Exmo. Sr.

**Conselheiro JOSÉ ALVES VIANA**

1ª Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE – MG

**REFERÊNCIA: Ofício 14779/2020 - Inspeção Extraordinária n. 1077055**

Senhor Conselheiro,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, acusar o recebimento do Ofício n. 14779/2020, datado de 28 de setembro de 2020.

Referido documento solicita encaminhamento dos documentos contantes do Relatório da 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia.

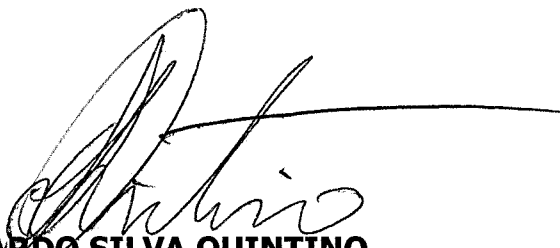
A requisição desse Tribunal foi encaminhada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Obras (Sesurb) da Prefeitura de Uberaba que encaminhou a resposta cuja cópia segue anexa.

Consta do documento que *"... a lista de informações e dados foram enviados a contento ao TCE"*.

Assim, diante da informação prestada pela Sesurb nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos.

Certos de termos atendido, manifestamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,



**LEONARDO SILVA QUINTINO**  
Controlador Geral



| PROCESSO |           |       |         |
|----------|-----------|-------|---------|
| NÚMERO   | EXERCÍCIO | FOLHA | RUBRICA |
|          | 2020      | 35    |         |

À CGM,

Senhor Controlador Municipal,

Com os cordiais cumprimentos, venho por meio da presente fazer uma breve ponderação sobre os fatos e ao final prestatas as informações requeridas às fls. 28/29.

No período compreendido entre 10/02/2020 a 14/02/2020 foi **realizada inspeção extraordinária pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nesta Secretaria de Serviços Urbanos e Obras**, na qual objetivava o exame da regularidade da execução do contrato n.º 03/2012 decorrente do Procedimento Licitatório – Concorrência 04/2012.

Pois bem, foi determinado que esta Secretaria de Serviços Urbanos e Obras procedesse o levantamento de dados, informações e documentos comprobatórios destes a serem enviados aquele órgão fiscalizador, o que foi feito, conforme relatado às fls. 05.

Não obstante, foi relatado pelo TCE (Ofício n.º 14779/2020 – fls. 0407) a omissão de algumas informações, sendo que às fls. 10/20 foi demonstrado pontualmente que os mesmos foram enviados a aquele órgão.

Após, por meio do ofício n.º 1492/2020 (fls. 22/26), o TCE solicitou (novos) documentos, os quais constam do link disponibilizado por meio armazenamento em nuvem (drive.google), conforme se verifica às fls. 27.

Verifica-se, assim, sem demasia que esta Sesurb, por meio do Departamento de Saneamento Urbano, prestou as informações requisitadas pelo órgão estadual.

Não obstante, em consulta ao Departamento de Saneamento, **solicitei que verificassem novamente a documentação, sendo informado pela servidora Lívia Miziara (lotada no referido departamento), que a lista de informações e dados foram enviados a contento ao TCE.**

Isto posto, passa-se a **responder ao requisitado no MI n.º 36/2020** (fls. 28/29) o qual será respondido por tópicos, segundo os requisitos do referido documento:

**(I)** elaboração de relatório técnico para dilação do prazo para entrega da documentação faltante: como assentado alhures, **não há se falar em documentos faltantes.**

**(II)** documentos de medição e processos de pagamento referentes aos serviços de coleta de lixo e capina oriundos do Procedimento Licitatório – Concorrência 04/2012: **segue resposta do ex-chefe de Departamento de Saneamento Urbano, Sr. Fábio Apolinário, no processo 107/122907/2020 (resposta ao mesmo MI nº36/2020)**

Informamos que todos os documentos referentes a medição e processos de pagamento ficam arquivados na Secretaria de Fazenda, sendo assim, necessária que a solicitação seja endereçada a essa Secretaria para proceder o envio, se for o caso, da documentação.

## PROCESSO

| NÚMERO          | EXERCÍCIO | FOLHA | RUBRICA |
|-----------------|-----------|-------|---------|
| 108/120066/2020 | 2020      | 36    |         |

**(III)** digitalização, em conjunto com a Sefaz, de todos os processos licitatórios e de pagamento de responsabilidade da Sesurb: primeiramente, ressalta-se que, as principais peças dos procedimentos licitatórios se encontram disponíveis no Portal da Transparência.

Importante também trazer ao conhecimento que grande volume dos procedimentos licitatórios já se encontra digitalizados, sendo que somente os servidores da Comissão Permanente de Licitação têm acesso a chave de acesso destes documentos; tantos outros estão sendo digitalizados.

Contudo, caso seja necessário, esta Sesurb, não se opõe, desde que seja designado servidor para tal intento, seja realizado a digitalização do restante dos procedimentos licitatórios.

Quanto aos documentos de pagamentos, necessário que seja realizada uma força-tarefa para tal intento uma vez que, por se tratar de Secretaria com grande volume de licitações, há, como consequências, uma quantidade muito grande de medições e de pagamentos e, como revelado, o arquivamento dos documentos é realizado na Sefaz.

Neste sentido, por trata de assunto afeto a mais de uma secretaria (Sesurb e Sefaz), que envolve designação de servidores para tal atividade (que terão que paralisar suas atribuições para desenvolver nova atividade de acordo com a "força-tarefa"), envolve maquinário, *software* e expertise (digitalização compete a CODIUB) é que solicitamos que seja realizada reunião para tratar sobre esse tópico.

**(IV)** designação de servidores para elaboração de fluxos e rotinas das atividades afetas à execução e fiscalização dos contratos, medições e formalização dos processos de pagamento: **assunto que também será tratado na reunião solicitada acima.**

**(V)** providências quanto a regularização da licença ambiental de operação do aterro sanitário: **tópico também a ser tratado na reunião, uma vez que é assunto afeto a várias secretarias.**

**(VI)** revisão, pelo gestor e fiscal do "atual" contrato de prestação de serviços 418/2018, medições e pagamentos: o Termo de Contrato já encerrou. Contudo, caso essa zelosa Controladoria entenda pela necessidade de revisão, esta Sesurb irá solicitar a documentação junto ao arquivo (processo findo – arquivado) e a Sefaz, uma vez que essa Secretaria, conforme já revelado acima, é quem compete o arquivamento das medições e pagamentos.

Por fim, para dar maior clareza documental, **solicitamos que todos os doc.secretaria que tratam sobre este assunto sejam juntados ao presente processo.**

Ao que se tem conhecimento, tramitam os seguintes Docs: 122907/2020, 101564/2019, 114248/2020, 111747/2020, além do PA n.º 01/2673/2020

Uberaba, 11 de dezembro de 2020.

  
**Adv.ª Paula Virginia Rocha Ventura**  
Assessora Jurídica



| PROCESSO        |           |       |         |
|-----------------|-----------|-------|---------|
| NÚMERO          | EXERCÍCIO | FOLHA | RUBRICA |
| 107/129366/2020 | 2020      | 37    |         |

**Fábio José Maciotti Costa**  
Secretário Adjunto de Serviços Urbanos e Obras

**Eng.º José Donizetti Melo**  
Secretário de Serviços Urbanos e Obras

Engº José Donizetti de Melo  
Secretário de Serviços Urbanos e Obras



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da Primeira Câmara

Ofício n. 14779/2020 - SEC/1ª Câmara

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2020.

Senhor Prefeito,

Comunico Vossa Excelência que, o Conselheiro José Alves Viana, Relator do Processo autuado sob o n. 1077055 – Inspeção Extraordinária, determinou a intimação do Município de Uberaba, na pessoa de V. Exa. para que, **no prazo de improrrogável de 15 (quinze) dias**, encaminhe a este Tribunal, os documentos elencados no Relatório da 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (fls. 54/54v), cópia anexa, sob pena de multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do despacho (peça 11 do SGAP) anexo por cópia.

Nos termos da Portaria PRES. n. 46/2020, as defesas, atendimento a diligências, respostas a intimações e recursos, relativos a processos físicos e eletrônicos, deverão ser encaminhados pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal. Caso V. Exa. não possua dispositivo de assinatura eletrônica (token), deverá encaminhar o documento por meio do e-mail [protocolo@tce.mg.gov.br](mailto:protocolo@tce.mg.gov.br). Em ambas situações, fica dispensado o envio dos originais.

Solicito-lhe que, ao enviar a documentação, V. Exa. informe os números deste ofício e do processo.

Respeitosamente,

Robson Eugênio Pires  
Diretor  
Secretaria da Primeira Câmara  
(assinado digitalmente)

Exmo. Sr.  
Paulo Piau Nogueira  
Prefeito Municipal de Uberaba  
sc

**COMUNICADO IMPORTANTE**

As **intimações** referentes a este processo serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial de Contas, **salvo disposição expressa do Relator**, nos termos do disposto no art. 166, §3º da Res. 12/2008 e art. 26, §2º da Res. 10/2010.

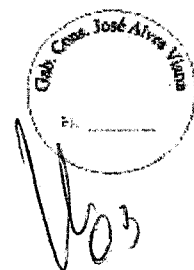
Acesse: [doc.tce.mg.gov.br](http://doc.tce.mg.gov.br)

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – [www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br)

Secretaria da 1ª Câmara – Av. Raia Gabaglia 1315 – Luxemburgo – 30380-435 – BH/MG – (31) 33482111



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



Processo nº 1.077.055  
Natureza: INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA  
Unidade jurisdicionada: Prefeitura Municipal de UBERABA  
Ref.: Documento nº 6579810/2020

À Secretaria da Primeira Câmara,

Por primeiro, junte-se o Expediente nº 134/2020 dessa unidade, bem como a petição protocolizada sob o nº 6579810/2020, por meio da qual LIMPEBRAS Engenharia Ambiental Ltda., através da advogada que a subscreve, requer a extração de cópias dos autos, fora de Secretaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Considerando os termos da Portaria nº 46/PRES./2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio da COVID-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, determino seja concedida vista remota à requerente, com o envio de *link* de acesso ou *e-mail*.

Por segundo, intime-se o Município de Uberaba, para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, e sob pena de multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais), encaminhe a este Tribunal, os documentos elencados no Relatório da 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (fls. 54/54v).

Uma vez cumprida a presente determinação, os autos deverão ser encaminhados à Unidade Técnica responsável para análise e elaboração de relatório.

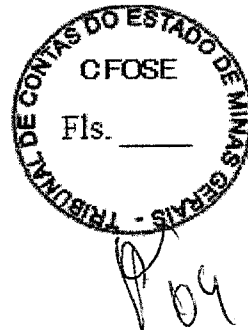
Ao reverso, em não havendo manifestação do Município de Uberaba, no prazo aqui assinalado, devolvam-me os autos conclusos.

Tribunal de Contas, em 25 de agosto de 2020.

**CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA**  
Relator



**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**  
*Superintendência de Controle Externo*  
*Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais*  
*1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia*



**PROCESSO Nº: 1.077.055**

**NATUREZA: INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA**

**JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA**

**REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2012 – CONTRATO 036/12.**

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

Trata-se de Inspeção Extraordinária, determinada por meio de Ofício 003/2020 e Portaria 1492/2020/DFME, objetivando o exame da regularidade da execução do contrato n. 036/2012, decorrente da Concorrência Pública n. 004/2012, “incluindo os aditivos, que culminaram com o acréscimo em seu quantitativo e na prorrogação do ajuste original, de modo a aferir o quantitativo dos serviços realmente executados pela contratada e a regularidade dos correspondentes pagamentos, com a identificação de eventual sobrepreço dos serviços”.

O objeto do referido contrato é a contratação de empresa para serviços de limpeza urbana incluindo operação e manutenção de aterro sanitário, bem como o tratamento de resíduos sólidos, serviços estes de natureza continuada e que foram prestados ao longo de 6 anos (período de agosto de 2012 a agosto de 2018), com base no Contrato 036/2012 e seus aditivos.

## **2. Histórico da inspeção**

Preliminarmente à ida da equipe ao município, no dia 30/01/2020 foi enviado Comunicado de Auditoria 001/2020 e demais informações via e-mail para a Controladoria Geral do Município, Secretário de Obras Municipal e Chefe de Gabinete do Prefeito, para que estes pudessem antecipadamente organizar a documentação.

A inspeção teve início no dia 10/02/2020, com a apresentação da equipe de inspeção e explanação dos trabalhos que seriam desenvolvidos ao longo da inspeção. Os Comunicados de Auditoria 01 e 02/2020 foram formalizados e recebidos pelo Sr. Carlos Magno Bracarense, Controlador Geral do Município, na data supracitada.

A inspeção teve início no dia 10/02 e findou-se no dia 14/02/2020, conforme já previsto no planejamento da inspeção.



**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**  
*Superintendência de Controle Externo*  
*Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais*  
*1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia*



No dia 12/02/20 a equipe realizou vistoria “in loco” no Aterro Sanitário Municipal, para as verificações atinentes à destinação dos resíduos, operação e manutenção do aterro sanitário.

Na oportunidade foi verificada a distância do aterro ao centro urbano da cidade, os procedimentos de pesagem dos resíduos e quais os tipos de controles emitidos. Foram realizadas indagações ao Engenheiro ambiental (representante da contratada), que coordenada a operação do aterro desde 2012, para entendimento da dinâmica e rotina de operação e manutenção do aterro.

Adicionalmente, foram visualizados os equipamentos disponibilizados no Aterro e a quantidade de pessoal envolvido na prestação do serviço de operação e manutenção do mesmo. Verificou-se, ainda, que o aterro possuía pontos de medição geotécnica e outros pontos de medição e acompanhamento, que ao longo da execução do contrato serviriam para subsidiar a emissão de relatórios operacionais e de andamento, contudo estes documentos referentes ao período da execução não nos foram disponibilizados.

Quanto ao ponto mencionado pelo Ministério Público de Contas no bojo do Acórdão 625/19 (fl. 21), no tocante ao aditivo que culminou com o acréscimo de quantitativos, foi possível obter evidências suficientes para análise e conclusão deste apontamento.

Diante do não atendimento das solicitações, no dia 12/02/20 foi emitido o Comunicado de Auditoria 004/2020, com reiteração aos pedidos realizados no Comunicado 001/20. Ainda diante da persistência do não atendimento de parte dos documentos solicitados, foi emitido o Comunicado 005/2020, em 13/02/20, reiterando-os novamente.

No último dia da equipe em campo, nos últimos momentos, foram disponibilizados diversos arquivos em formato digital e ainda um Despacho da Secretaria de Serviços Urbanos e Obras direcionado à Controladoria Municipal (fls. \_\_\_\_\_), formalizando os itens que teriam sido atendidos e a justificativa para os demais documentos não entregues.

Uma vez que a entrega de tais documentos ocorreu no horário limite para o término dos trabalhos, não foi possível verificar detalhadamente quais documentos constavam dos arquivos digitais. Além disto, essa demora em disponibilizar os documentos prejudicou o andamento da inspeção. Não foi possível realizar todos os procedimentos e análises que estavam previstos no escopo da inspeção, bem como a solicitação de eventuais esclarecimentos adicionais complementar à documentação, de modo a elucidar eventuais dúvidas relacionadas a dados ou informações discrepantes às encontradas.



Após o retorno da equipe e posterior análise dos documentos, verificou-se que inexistiam documentos considerados relevantes para a análise completa da execução dos serviços, e dada a materialidade e relevância do objeto da inspeção realizada, considera-se necessária ainda a apresentação dos documentos faltantes.

A seguir, encontram-se discriminados os documentos que não foram entregues pela Administração, além de outros, que embora discriminados na Folha de Informações e Despachos S/N (fls. \_\_\_\_\_) entregue juntamente com os arquivos digitais no dia 14/02/2020, não constavam dos arquivos disponibilizados, sendo estes:

- Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA, referentes à elaboração do projeto básico/executivo, à planilha orçamentária, à fiscalização do contrato e à execução dos serviços; *Plano básico - PF*
- Boletins de medição dos serviços contratados com respectivas memórias de cálculo dos meses de novembro de 2017 e junho de 2018, e das medições da Equipe Padrão relativas aos meses de maio de 2015 a junho de 2016, janeiro a março de 2017, junho a setembro de 2017, julho e agosto de 2018; *PF*
- Relatório mensal dos tickets de pesagem dos caminhões, contendo, no mínimo, placa do caminhão, dia da pesagem e peso líquido dos anos 2013 a 2018;
- Pagamentos efetuados instruídos com os respectivos documentos (notas de empenho, liquidação, notas fiscais, comprovantes de pagamento dos meses de novembro de 2017 e junho de 2018, e das medições da Equipe Padrão relativas aos meses de maio de 2015 a junho de 2016, janeiro a março de 2017, junho a setembro de 2017, julho e agosto de 2018; *SEFAT*
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de todo o período contratual; *Limp.*
- Mapa dos setores de coleta e varrição atualizados durante a execução dos serviços; *PF*
- Convenções Coletiva de Trabalho dos motoristas, coletores, varredores e demais funcionários dos serviços realizados, incluindo ajudantes que compõem a Equipe Padrão; *Limp.*
- Comprovante de aferição da balança (laudo INMETRO) relativo aos anos de 2015, 2017 e 2018; *Limp.*
- Relatório de andamento do serviço ou relatório operacional do Aterro Sanitário referente a todos os anos do contrato (2012 a 2018); *Geo Raulo Aterro*



**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**  
*Superintendência de Controle Externo*  
*Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais*  
*1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia*



- Relatório mensal de avaliação do monitoramento topográfico do Aterro Sanitário referente a todos os anos do contrato (2012 a 2018); *limp*
- Licença de Operação do Aterro Sanitário Municipal; *limp*

Portanto, em consonância com o art. 286 “caput” e §1º do Regimento Interno do TCE-MG (Resolução 12/2008) c/c art. 85, III da Lei Complementar 102/2008, propõe-se que seja assinado prazo para que adotem-se as medidas cabíveis ao livre exercício da fiscalização.

### 3.0 Conclusão

Diante da incompletude dos documentos que se consideram relevantes para análise do período completo da execução contratual (em especial boletins de medição e relatórios mensais de tickets de pesagem), de modo que a ausência destes pode vir a prejudicar a visão global do objeto e a verificação da regularidade de todos os pagamentos efetuados. Ressalta-se, ainda, que o somatório da despesa deste contrato resultou no montante de aproximadamente cento e cinquenta milhões de reais (sem considerar as medições faltantes e os pagamentos de reajustes).

Conclui-se que com base na análise preliminar dos documentos obtidos e o não atendimento de parte das solicitações de documentos, entende-se cabível dar ciência ao Exmo. Conselheiro Relator das intercorrências desta inspeção, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, conforme o art. 286 “caput” e §1º do Regimento Interno do TCE-MG (Resolução 12/2008) c/c art. 85, III da Lei Complementar 102/2008,

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
Marina Holanda Meireles  
Analista de Controle Externo  
Matrícula: 3259-7

\_\_\_\_\_  
Paulo Marcelo Alves Fernandes  
Analista de Controle Externo  
Matrícula: 3205-8